

The Economist errou de novo
(O Estado de S. Paulo, 11/12/2012, p-B-2)
Antonio Corrêa de Lacerda

O desencanto gerado pelo pífio crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro de 0,6% no terceiro trimestre do ano, comparativamente ao trimestre anterior, tem suscitado um interessante debate sobre os rumos da economia brasileira. A discussão é salutar, pois permite contrapor escolhas e caminhos trilhados. Há, nesse sentido, uma clara dicotomia entre o curto e o longo prazo, o que pode ofuscar importantes mudanças e conquistas.

Primeiramente, vale destacar que o Governo Dilma Rousseff vem promovendo importante mudança na agenda econômica nacional. A ruptura decorre de dois fatores impositivos, um de ordem exógena, outro endógena. A crise nos países avançados mudou fortemente a correlação de forças e vivemos tempos de exceção na política econômica internacional, na qual prevalece um quadro prolongado de juros reais negativos, guerras cambiais, intervencionismo e protecionismo, para citar os principais aspectos.

No âmbito interno, a relativa perda de eficácia de medidas clássicas anticíclicas, tem provocado alterações significativas na economia. Há uma mudança importante nos macro-preços relativos, especialmente juros, no menor nível real histórico e uma mudança de rota na taxa cambial. São medidas que têm provocado uma realocação importante de posicionamento, não apenas no mercado financeiro, mas na estrutura produtivo. Neste último, entretanto, as mudanças são mais lentas, embora se deva destacar que rumam em uma rota mais sustentável em termos econômicos. Não seria possível repetir a trajetória de crescimento do consumo abastecido crescentemente com importações, como ocorreu nos últimos anos.

Há também que se destacar, nesse quadro, o “oportunismo dos perdedores”, como já tratei em artigo anterior neste espaço (O Brasil, menos atrativo para quem?, OESP, 20/10/2012). Com a mudança de rota câmbio-juros, o Brasil deixou de ser, felizmente, o paraíso das operações de arbitragem. O quadro é mais favorável à produção e investimentos produtivos.

No entanto, é compreensível que os fracos resultados de curto prazo gerem frustração. No entanto, são pouco consistentes as recorrentes comparações com desempenho do nível de atividades de países vizinhos, mas que são economias infinitamente mais simplificadas e não tem o peso relativo da brasileira. O crescimento é importante, mas há outros fatores a serem levados em conta. No âmbito do G-20, o grupo das maiores economias do mundo, somos um dos poucos países que tem desemprego baixo e em queda, assim como relação dívida líquida e déficit fiscal relativamente ao PIB da mesma forma, mais baixos do que a maioria e em queda. Além disso, vivemos um salutar processo de redistribuição de renda favorável aos mais pobres. As prioridades escolhidas pela sociedade brasileira nem sempre são as mais desejáveis pelo mercado e vice-versa.

A edição da revista inglesa *The Economist* desta semana traz o que pretende ser um diagnóstico do crescimento brasileiro. No entanto incorre na armadilha comum de inferir que o futuro será a repetição do presente. Há cerca de três anos a mesma revista pretendeu antecipar o que, na visão dela, seria uma fase de bonança para a economia brasileira, ilustrada com a imagem na capa de um Cristo Redentor “decolando”. Naquela ocasião, como agora, está equivocada. Assim como o otimismo de então era descabido, o crescimento brasileiro dos próximos anos não está fadado ao insucesso. Vai depender de uma série de variáveis, dentre elas, o que seremos capazes de construir. Muito provavelmente a economia não se expandirá ao ritmo de 7,5% de 2010. Mas tampouco se restringirá aos 1% previstos para 2012.

O futuro é o que virá e não o que foi. É preciso melhorar o ambiente competitivo e acelerar os investimentos públicos e privados e há uma mudança importante de preços relativos e de agenda. Questões complexas como infraestrutura e logística, por exemplo, estão sendo enfrentadas e nos permitirão não só, consolidar as conquistas até aqui, mas também construir um caminho mais sustentável à frente.

Professor-doutor do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP, é doutor pelo IE/Unicamp.